

# PETIÇÃO INICIAL DE ALIMENTOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA  
COMARCA DE \_\_\_\_\_

REQUERENTE: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

REQUERIDO: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

## I – DOS FATOS

O(A) requerente é genitor(a)/responsável legal do(a) menor

\_\_\_\_\_ (nome da criança ou adolescente), nascido(a) em  
\_\_/\_\_/\_\_, conforme comprova a certidão de nascimento anexa.

O(A) requerido(a) não vem cumprindo com a obrigação alimentar de forma voluntária, deixando de prover os meios necessários ao sustento, educação, saúde e lazer do(a) alimentando(a), conforme determina o Código Civil e a legislação vigente.

## II – DO DIREITO

Nos termos dos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil, é dever dos pais prestar alimentos aos filhos, assegurando-lhes o necessário para sua manutenção.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, assegura o direito à convivência familiar e à proteção integral da criança e do adolescente.

Portanto, o presente pedido encontra amparo legal para que seja fixado o valor da pensão alimentícia em benefício do(a) menor.

### III – DOS PEDIDOS

#### Diante do exposto, requer-se:

1. A citação do(a) requerido(a) para, querendo, apresentar defesa no prazo legal;
2. A fixação de pensão alimentícia em favor do(a) menor \_\_\_\_\_, no valor correspondente a \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ por cento) dos rendimentos líquidos do(a) requerido(a) ou em quantia certa de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser paga mensalmente e depositada em conta bancária indicada pelo(a) requerente;
3. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso o(a) requerente não possua condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios;
4. A intimação do Ministério Público para acompanhamento do feito;
5. A condenação do(a) requerido(a) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, caso haja resistência injustificada;
6. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário;

### IV – DAS PROVAS

#### Para comprovar o alegado, junta-se aos autos:

- Certidão de nascimento do(a) menor;
- Comprovantes de rendimentos do(a) requerido(a) (se disponíveis);
- Documentos pessoais do(a) requerente e do(a) requerido(a);
- Outros documentos que comprovem as necessidades do(a) alimentando(a) e as condições do(a) alimentante.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local Data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ N° \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/pensao-alimenticia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.